



**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
CEARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO - CARREIRA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA  
EDITAL Nº 03/2009**

**CARGO**  
***Auditor***

**CADERNO DE PROVAS**

- Língua Portuguesa - Questões de 01 a 20
- Conhecimentos Específicos - Questões de 21 a 60

Data: 02 de agosto de 2009

Duração: 04 horas

Coloque, de imediato, o seu número de inscrição e o número de sua sala nos retângulos abaixo.

Inscrição

Sala

**Concurso IGUATU 2009**

**TRABALHO E LAZER: UMA UNIÃO CRIATIVA**

01 Às dez horas da manhã você acorda. Toma o café ainda de pijama. Lê alguns jornais.  
02 Confortavelmente acomodado numa poltrona, você começa a organizar suas tarefas. Ouvindo uma  
03 boa música, se lembra das idéias que teve na noite anterior para aquele texto que precisa entregar  
04 no fim do dia. Faz algumas anotações e, finalmente, se senta em frente ao computador para  
05 concretizar a obra. Você já está em ritmo de trabalho.

06 Este deve ser o sonho de muita gente e é também a descrição do ideal de um trabalhador  
07 moderno. Ou seria melhor dizer pós-moderno? Vivemos na era pós-industrial. Ao mesmo tempo  
08 em que a sociedade da informação se instaura, ainda estamos sob a pressão da produção industrial.  
09 Apesar de tantas transformações, o tempo ainda é escasso.

10 Cada vez mais, a criatividade se apresenta como o valor máximo desse novo mundo. Dizem  
11 que daqui a algum tempo ela será a única capaz de manter os nossos empregos. Até porque as  
12 máquinas já fazem quase todo o trabalho braçal. Mas não há como nos tornarmos criativos sem  
13 termos a oportunidade de vivenciar experiências prazerosas e construtivas.

14 O sociólogo italiano Domenico de Masi desenvolveu a teoria do Ócio criativo – um  
15 sincretismo entre trabalho, aprendizado e prazer, para que o homem se desenvolva em todas as  
16 suas condições e tenha um aproveitamento inteligente e construtivo do tempo. Ele aposta numa  
17 sociedade em que as pessoas aprendam a ocupar o tempo com atividades que tragam satisfação e  
18 agreguem valor.

19 Na era da informação, o poder não está mais vinculado aos donos dos meios de produção de  
20 bens materiais, como na sociedade industrial, mas à produção de valores, símbolos, serviços,  
21 *design*, estética e conhecimento. A sociedade das idéias passa, então, a exigir ainda mais da  
22 inovação e da criatividade.

23 Diante desta perspectiva, a educação para criação e empreendedorismo assume um papel  
24 fundamental na formação de pessoas que saibam utilizar o seu tempo livre para acumular  
25 conhecimento e fertilizar novas idéias. Saber escolher um bom filme, um bom livro e estar aberto  
26 a boas relações de amizade são grandes elementos para a troca e fruição de experiências,  
27 alimentando a criatividade e o espaço de reflexão e crítica.

28 A professora da PUC-Rio Karina Kuschnir, doutora em antropologia social, aponta a  
29 importância de reservar um tempo para sentir-se bem fazendo o que se gosta, para aprender e  
30 refletir. Segundo ela, a repetição automática das atividades diárias leva à robotização do ser  
31 humano. Conversar sobre diferentes assuntos e contemplar a arte ajudam a desacelerar e a  
32 desenvolver o pensamento.

AMARAL, Fabíola; ROIZEN, Izabel; VIEIRA, Joana. Trabalho e lazer: uma união criativa. *Eclética*. Janeiro-junho/2004.p.56-57.

01. No primeiro parágrafo, as autoras visam a:

- A) estabelecer uma relação dialógica com o leitor.
- B) mostrar ao leitor o absurdo da vida pós-moderna.
- C) despertar o leitor para a monotonia existencial da vida humana.
- D) comunicar ao leitor a vida como sequência prevista de eventos.
- E) chamar a atenção do leitor para a alienação do homem moderno.

02. As frases do trecho “Às dez horas da manhã você acorda. Toma o café ainda de pijama. Lê alguns jornais. Confortavelmente acomodado numa poltrona, você começa a organizar suas tarefas” (linhas 01-02) exprimem:

- A) relação causal.
- B) relação opositiva.
- C) sucessão temporal.
- D) contraste de eventos.
- E) desconexão de eventos.

03. A era da informação, segundo as autoras:
- A) pode favorecer o ócio criativo.
  - B) tem o mesmo caráter da era industrial.
  - C) põe as máquinas contra a criatividade do ócio.
  - D) obsta a estética e o conhecimento por parte do homem.
  - E) propicia a robotização do homem e supremacia do trabalho.
04. O propósito das autoras é mostrar que:
- A) o ócio criativo é adverso ao trabalho.
  - B) o ócio criativo deve ao final eliminar o trabalho.
  - C) o ócio criativo deve ser opcional para o homem.
  - D) o ócio criativo é preponderante sobre o trabalho.
  - E) ócio criativo e trabalho podem complementar-se.
05. A expressão “Ou seria melhor” (linha 07) estabelece em relação à frase anterior uma ideia de:
- A) conclusão.
  - B) concessão.
  - C) retificação.
  - D) explicação.
  - E) confirmação.
06. No trecho “Às dez horas da manhã você acorda. Toma o café ainda de pijama. Lê alguns jornais” (linha 01), há uma figura de linguagem denominada:
- A) antítese.
  - B) assíndeto.
  - C) hipérbole.
  - D) metáfora.
  - E) comparação.
07. Existe metáfora na frase:
- A) “...acomodado numa poltrona, você começa a organizar suas tarefas” (linha 02).
  - B) “...e é também a descrição do ideal de um trabalhador moderno” (linha 06).
  - C) “Apesar de tantas transformações, o tempo ainda é escasso” (linhas 08-09).
  - D) “a criatividade se apresenta como o valor máximo desse novo mundo” (linha 10).
  - E) “...alimentando a criatividade e o espaço de reflexão e crítica” (linhas 24-25).
08. A palavra *fruição* (linha 24), no contexto, significa:
- A) extração das conseqüências.
  - B) aproveitamento prazeroso.
  - C) ócio sociabilizado.
  - D) prazer absoluto.
  - E) gozo gratuito.
09. Na frase “Ouvindo uma boa música, se lembra das idéias que teve na noite anterior...” (linhas 02-03), a oração sublinhada equivale a:
- A) se você ouve uma boa música.
  - B) embora você ouça uma boa música.
  - C) para que você ouça uma boa música.
  - D) enquanto você ouve uma boa música.
  - E) depois que você ouve uma boa música.
10. Assinale a alternativa em que há uma palavra suscetível de paronímia.
- A) descrição (linha 06).
  - B) braçal (linha 12).
  - C) pressão (08).
  - D) poder (18).
  - E) há (12).

11. Na frase “Apesar de tantas transformações, o tempo ainda é escasso” (linhas 08-09), a expressão sublinhada tem valor de:
- A) conjunção com sentido causal.
  - B) advérbio com sentido opositivo.
  - C) conjunção com sentido concessivo.
  - D) preposição com sentido de concessão.
  - E) preposição com sentido de simultaneidade.
12. Assinale a alternativa em que há uma correlação correta entre palavra e classe gramatical.
- A) “Segundo” (linha 27) – conjunção conformativa.
  - B) “mais” (linha 18) – conjunção adversativa.
  - C) “que” (linha 24) – conjunção integrante.
  - D) “então” (linha 20) – advérbio de modo.
  - E) “um” (linha 16) – numeral cardinal.
13. Assinale a alternativa cujo substantivo apresenta complemento no texto.
- A) “tempo” (linha 17).
  - B) “satisfação” (linha 17).
  - C) “sociedade” (linha 16).
  - D) “conhecimento” (linha 22).
  - E) “aproveitamento” (linha 16).
14. Assinale a alternativa em que a regência do termo grifado se altera se o complemento for um substantivo.
- A) “Dizem que daqui a algum tempo...” (linhas 10-11).
  - B) “ela será a única capaz de manter os nossos empregos.” (linha 11).
  - C) “...as pessoas aprendam a ocupar o tempo com atividades...” (linhas 16-17).
  - D) “Saber escolher um bom filme, um bom livro” (linha 23).
  - E) “aponta a importância de reservar um tempo para sentir-se bem” (linhas 26-27)
15. Assinale a alternativa em que a crase está adequadamente empregada, como em “a repetição automática das atividades diárias leva à robotização do ser humano” (linhas 27-28).
- A) O ócio criativo virá à seu tempo.
  - B) O ócio criativo requer solução às claras.
  - C) O homem talvez aprenda à vivenciar o ócio criativo.
  - D) O sonho do ócio criativo se realizará à qualquer hora.
  - E) O trabalho hodierno leva o homem à repetitivas tarefas.
16. A propósito da forma verbal “utilizar” (linha 22), assinale a alternativa em que a palavra está corretamente escrita com s ou com z.
- A) Fuzível.
  - B) Deslize.
  - C) Analizar.
  - D) Pesquisizar.
  - E) Franquesa.
17. Assinale a alternativa em que a vírgula é usada pela mesma razão que na frase “Cada vez mais, a criatividade se apresenta como o valor máximo...” (linha 10).
- A) “Saber escolher um bom filme, um bom livro...” (linha 23).
  - B) “um sincretismo entre trabalho, aprendizado e prazer...” (linhas 14-15).
  - C) “Apesar de tantas transformações, o tempo ainda é escasso” (linhas 08-09).
  - D) “mas à produção de valores, símbolos, serviços, *design*, estética e conhecimento” (linhas 19-20).
  - E) “A professora da PUC-Rio Karina Kuschnir, doutora em antropologia social, aponta a importância de reservar um tempo...” (linhas 26-27).

18. Assinale a alternativa em que há a possibilidade de vírgula, sem prejuízo do sentido.
- A) “Ou seria melhor dizer pós-moderno?” (linha 07).
  - B) “Este deve ser o sonho de muita gente” (linha 06).
  - C) “na formação de pessoas que saibam utilizar o seu tempo livre” (linha 22).
  - D) “Até porque as máquinas já fazem quase todo o trabalho braçal” (linhas 11-12).
  - E) “O sociólogo italiano Domenico de Masi desenvolveu a teoria do Ócio criativo” (linha 14).
19. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma parte do documento oficial em destaque.
- A) Declaração: ementa da matéria.
  - B) Ata: vocativo conforme a autoridade.
  - C) Ofício: divisão em cláusulas e parágrafos.
  - D) Requerimento: nome e dados do requerente.
  - E) Exposição de Motivos: assunto ao final do texto.
20. Assinale a alternativa que descreve corretamente a forma do documento oficial.
- A) Nos ofícios, usa-se vírgula depois do vocativo, antes do texto.
  - B) A data deve figurar centralizada no final da instrução normativa.
  - C) No requerimento, o assunto deve ser alinhado à direita, antes da data.
  - D) Os parágrafos da ata devem-se iniciar a 3,0 cm de distância da margem.
  - E) Nas declarações, o destinatário deve ser precedido de PARA e dois pontos.

21. De acordo com as normas que regem o Direito Civil Brasileiro, são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:
- A) os pródigos.
  - B) os excepcionais, de todo o tipo.
  - C) os maiores de dezesseis e menores de dezenove anos.
  - D) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
  - E) os ébrios, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
22. Acerca dos bens públicos, assinale a alternativa correta.
- A) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
  - B) O uso comum dos bens públicos pode ser retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
  - C) Os bens de uso comum do povo e os dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
  - D) Os bens comuns do povo são os destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
  - E) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se de uso especial os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
23. Com relação às obrigações no Direito Civil, assinale a alternativa correta.
- A) A obrigação é divisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.
  - B) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o credor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
  - C) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
  - D) A coisa incerta será indicada, ao menos pelo gênero e pela quantidade.
  - E) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela.
24. Acerca das normas estabelecidas na Constituição Federal de 1988 sobre os orçamentos públicos, assinale a alternativa correta.
- A) O plano plurianual é de iniciativa do chefe do Poder Executivo, podendo ser delegado ao chefe do poder legislativo por lei delegada.
  - B) A lei que instituir as diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de natureza continuada.
  - C) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal, o de capital e o da seguridade social.
  - D) É obrigatório no que se refere aos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais que a apreciação dos mesmos ocorra pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
  - E) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei de diretrizes orçamentárias.
25. Sobre a ordem econômica e financeira brasileira estabelecida na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.
- A) É considerado como princípio da ordem econômica o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
  - B) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou autorização, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
  - C) Constitui monopólio da União, a extração do petróleo nacional.
  - D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às empresas de pequeno e de médio porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.
  - E) Decreto a ser expedido pelo chefe do Poder Executivo disporá sobre a obrigação de manter de forma adequada a prestação de serviços públicos concedidos sob o regime de concessão ou autorização.

26. Em relação às normas de finanças públicas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.
- A) Os orçamentos fiscal e da seguridade social deverão ser compatibilizados com o plano plurianual, com o objetivo de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
  - B) Não é considerado como proibição às normas constitucionais que tratam das finanças públicas, a inclusão de dispositivo na lei orçamentária anual de autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
  - C) No caso de emendas ao projeto da lei orçamentária anual (LOA), deverá ser observada a existência de compatibilidade do assunto tratado na emenda com o plano plurianual (PPA) ao qual a lei orçamentária se refere. A compatibilidade da LOA em relação à lei de diretrizes orçamentárias é dispensada, tendo em vista a compatibilidade obrigatória desta em relação ao PPA.
  - D) É vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários e suplementares.
  - E) A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei que será editada pelos chefes dos poderes executivos.
27. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ou, simplesmente LC nº 101/00, trouxe avanços para o aperfeiçoamento do controle da administração pública brasileira. No que concerne ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), assinale a alternativa correta.
- A) Deverá ser publicado com trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
  - B) Acompanharão o RREO, o balanço orçamentário e os demonstrativos da execução das receitas, por categoria econômica e fonte; das despesas, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e por função e subfunção.
  - C) Será composto por demonstrativos do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro.
  - D) Conterá comparativo com os limites de que trata a LRF com as operações de crédito, inclusive por antecipação da receita.
  - E) Será composto pelo balanço orçamentário que especificará, por categoria econômica, as receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada; e as despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo.
28. Acerca das regras de prestação de contas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.
- A) As contas do Poder Judiciário serão no âmbito dos Estados, prestadas pelos presidentes dos Tribunais de Justiça, e em havendo tribunais de alçada, também por estes.
  - B) O prazo que os Tribunais de Contas possuem para emissão do parecer prévio conclusivo poderá ser distinto daquele estabelecido na LRF, desde que outro houver sido estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.
  - C) As contas prestadas pelos chefes do Poder Executivo receberão parecer conjunto com aquelas prestadas pelos presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.
  - D) É facultativo às prestações de contas evidenciar o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.
  - E) As contas do chefe do Ministério Público serão consolidadas com as prestadas pelo Poder Judiciário.
29. O regramento estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao montante permitido para as despesas com pessoal cumprem um importante papel na moralização do gasto público. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- A) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos doze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
  - B) A despesa total com pessoal não poderá exceder nos municípios a 50% da receita corrente líquida.
  - C) Na esfera federal, os gastos com pessoal máximo permitidos para o Poder Judiciário, incluindo o Tribunal de Contas da União, são da ordem de 6%.
  - D) Na esfera estadual, os gastos de pessoal com o Poder Executivo são de 54% da receita corrente líquida.
  - E) Na esfera estadual, os gastos com pessoal do Ministério Público não poderá superar a 2%.

30. Sobre a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) e suas alterações, assinale a alternativa correta.
- A) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a modalidade pregão.
  - B) A seleção da proposta por parte da administração sempre se dará em função da proposta mais vantajosa para a administração, respeitados os tipos de licitação.
  - C) A licitação, em nenhuma hipótese, poderá ser efetuada fora do local onde se situar a repartição interessada.
  - D) A documentação relativa à qualificação técnica do licitante poderá ser outra daquela estabelecida na Lei de Licitações.
  - E) O edital é a regra da licitação, mas poderá ser substituído por outra, desde que em consenso dos participantes do certame e a Administração.
31. Para os efeitos da improbidade administrativa no setor público brasileiro, assinale a alternativa correta.
- A) Os atos de improbidade administrativa envolvem aqueles praticados por agente público, inclusive, aqueles que não possuem vínculo com a Administração.
  - B) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades da administração pública brasileira.
  - C) Não constitui ato de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública a negação de publicidade aos atos oficiais.
  - D) As ações destinadas a levar a efeito as sanções relativas à improbidade administrativa podem ser propostas até o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
  - E) Os atos de improbidade administrativa somente envolvem aqueles definidos na Lei nº 8.429/92, a qual impõe a prática do ato inquinado no âmbito da administração pública federal. No caso dos estados, distrito federal e municípios, cada um destes entes respectivos deverão editar leis próprias.
32. Sobre as características dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.
- A) A administração pode renunciar ao poder de modificação unilateral do contrato administrativo.
  - B) A aplicação de penalidades contratuais resulta do princípio da auto-executoriedade dos atos administrativos.
  - C) O contrato administrativo é sempre consensual, formal, não oneroso, comutativo e realizado *intuitu personae*.
  - D) O controle dos contratos administrativos é um dos poderes inerentes à Administração e, por isso mesmo, está implícito em toda contratação pública. Para tanto, requer provocação judicial para efetivá-lo.
  - E) Na interpretação do contrato administrativo é preciso ter sempre em vista que as normas que o regem são os princípios da teoria geral dos contratos, suplementadas pelas normas de Direito Público e do Direito Privado, nesta ordem.
33. Acerca dos atos administrativos na administração pública brasileira, assinale a alternativa correta.
- A) A revogação do ato administrativo ocorre quando o mesmo foi considerado ilegítimo pela Administração.
  - B) A administração, mesmo uma vez praticados os atos, pode invalidá-los. A invalidação somente é permitida se estes atos se mostrarem inconvenientes ou inoportunos.
  - C) Os atos discricionários, se forem motivados, ficam vinculados a esses motivos como causa determinante de seu cometimento e se sujeitam ao confronto da existência e legitimidade dos motivos indicados.
  - D) A anulação dos atos administrativos pelo Poder Judiciário pode ocorrer quando os mesmos se tornarem inoportunos para a Administração.
  - E) A anulação dos atos administrativos resguarda os efeitos decorrentes da prática do ato em relação ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito.
34. Quanto aos bens públicos, assinale a alternativa correta.
- A) Os bens públicos se classificam de acordo com a seguinte categorização: bens do domínio público, do patrimônio público e do patrimônio disponível.
  - B) A autorização de uso de bem público é ato negocial, unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.
  - C) De regra, entende-se que os bens públicos são imprescritíveis e impenhoráveis. No Direito Brasileiro a não oneração como característica de bem público ainda não foi completamente absolvida pela doutrina.
  - D) Afirmar que parcela dos bens que integram o patrimônio público pode ser objeto de direito pessoal ou real significa dizer que a Administração exerce poderes de proprietário, ou seja, de vendê-los de acordo com a sua conveniência e oportunidade. A título de exemplo, podem-se citar os bens de uso especial.
  - E) Nenhuma das alternativas anteriores.



35. Os servidores públicos, no exercício de suas funções, podem ser responsabilizados pelos atos cometidos. Neste sentido, assinale a alternativa correta.
- A) O cumprimento da pena nem sempre exaure a sanção.
  - B) Um mesmo servidor não pode acumular penas na esfera civil, administrativa e criminal.
  - C) A administração se vincula ao processo civil para punir o servidor no caso de violação das normas administrativas internas.
  - D) A aplicação das punições previstas referentes à responsabilidade por improbidade administrativa cabe à Administração e ao Poder Judiciário.
  - E) A absolvição criminal afasta a responsabilidade administrativa e civil quando ficar decidida a inexistência do fato ou a não autoria imputada ao servidor.
36. Acerca dos órgãos e das entidades que compõem a administração pública brasileira, assinale a alternativa correta.
- A) De regra, os órgãos possuem personalidade jurídica.
  - B) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado.
  - C) As organizações sociais se enquadram como entes paraestatais.
  - D) Os tribunais federais fazem parte da chamada administração indireta.
  - E) As prefeituras municipais são exemplos de órgãos colegiados ou pluripessoais.
37. Acerca das disposições que regem o processo administrativo no âmbito do TCU, assinale a alternativa correta.
- A) No âmbito do TCU a decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa.
  - B) O TCU julgará as tomadas ou prestações de contas até o término do exercício em que estas lhe tiverem sido apresentadas.
  - C) O julgamento das contas pelo TCU será: regular, regular com ressalva, irregulares e com posicionamento adverso.
  - D) A existência de dano ao Erário vincula o julgamento das contas por parte do TCU à regularidade com ressalvas.
  - E) A omissão no dever de prestar contas vincula o julgamento das contas por parte do TCU à regularidade com ressalvas.
38. Sobre o Sistema de contabilidade, administração financeira, controle interno, planejamento e de orçamento do Governo Federal, assinale a alternativa correta.
- A) As unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União são chamadas de CISETs.
  - B) O órgão central do sistema de planejamento e de orçamento é a Secretaria de Orçamento Federal (SOF).
  - C) Uma das finalidades do sistema de administração financeira do Governo Federal consiste em evidenciar os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal.
  - D) O órgão central do Sistema de Contabilidade Federal é a Secretaria do Tesouro Nacional.
  - E) Um das competências dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal é administrar os haveres financeiros e mobiliários do Tesouro Nacional.
39. De acordo com a Lei nº 4320/64, são créditos adicionais as autorizações não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- A) Consideram-se recursos para fins de abertura dos créditos suplementares e extraordinários o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior Art. 43.
  - B) Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários. No caso dos créditos extraordinários, serão abertos por portaria do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
  - C) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Legislativo.
  - D) Não há a necessidade da existência de recursos orçamentários para abertura dos créditos extraordinários.
  - E) É vedada a abertura de créditos suplementar ou extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

40. De acordo com as normas do Decreto-lei nº 200/67, assinale a alternativa correta.
- A) O pagamento de despesa, obedecidas às normas que regem a execução orçamentária (lei nº 4.320/64), far-se-á mediante ordem bancária ou cheque nominativo. Em casos especiais, poderão ser efetuados pagamentos em espécie, devidamente justificados.
  - B) Sob a denominação de Reserva de Contingência, o orçamento anual poderá conter dotação global não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, excluindo-se destes os especiais.
  - C) As tomadas de contas serão objeto de pronunciamento expresso do Ministro de Estado, dos dirigentes de órgãos da Presidência da República ou de autoridade a quem estes delegarem competência, antes de seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para os fins constitucionais e legais.
  - D) A tomada de contas dos ordenadores de despesas deverá ocorrer no prazo máximo de 180 dias, podendo ser prorrogada uma única vez a critério do tribunal de contas competente.
  - E) Quando se verificar que determinada conta não foi prestada, ou que ocorreu desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública, as autoridades administrativas, sob pena de co-responsabilidade e sem embargo dos procedimentos disciplinares, deverão tomar imediatas providências para assegurar o respectivo ressarcimento e instaurar a tomada de contas, fazendo-se as comunicações a respeito ao Tribunal de Contas. Neste caso, a co-responsabilidade será dispensada no caso de novos mandatários que não tenha vínculo com os atos praticados ou que deles não tenham se beneficiado.
41. Com relação às normas contidas na Lei nº 4320/64, no que tange à lei de orçamento (LOA), assinale a alternativa correta.
- A) A lei orçamentária ou LOA obedecerá aos princípios da unidade, anualidade e legalidade.
  - B) Integrará a LOA quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
  - C) A lei de orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Não se consideram para os fins deste dispositivo as operações de crédito por antecipação de receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.
  - D) Todas as receitas e despesas constarão da LOA pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções. Este princípio denomina-se Unidade.
  - E) Acompanhará a lei de orçamento o sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
42. Acerca das normas que regem os chamados restos a pagar, assinale a alternativa correta.
- A) Os restos a pagar fazem parte da dívida flutuante ou consolidada.
  - B) O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor.
  - C) Nos restos a pagar não processados já houve a verificação do direito adquirido pelo credor relativo ao bem ou serviço contratado com a Administração.
  - D) A alteração mais significativa ocorrida na Lei nº 4320/64 com relação ao assunto se referiu a proibição da contratação de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dos últimos dois quadrimestres do mandato do titular de Poder ou órgão, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
  - E) Os restos a pagar do exercício serão computados na receita orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
43. Sobre as normas dos balanços públicos, de acordo com a Lei nº 4320/64, assinale a alternativa correta.
- A) O balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas fixadas em confronto com as realizadas.
  - B) O balanço financeiro demonstrará a receita e despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária.
  - C) Fazem parte do balanço patrimonial (Anexo 14) as contas de compensação e o superávit financeiro.
  - D) O passivo permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
  - E) A demonstração das variações patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes da execução orçamentária, as quais possibilitarão à Administração indicar o resultado patrimonial do exercício.

44. Sobre as normas que regem a avaliação dos elementos patrimoniais, reza a Lei nº 4320/64:
- A) deverão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis.
  - B) os títulos de renda serão avaliados pelo seu valor nominal.
  - C) os bens móveis e imóveis serão avaliados sempre pelo valor de aquisição.
  - D) os bens de almoxarifado serão avaliados pelo preço de compra ou aquisição.
  - E) os créditos serão avaliados pelo custo de produção ou de construção, dos dois o menor.
45. Segundo a atual sistemática de prestação de contas da administração pública federal emanada pelo Tribunal de Contas da União é correto afirmar:
- A) tomada de contas é o processo de contas relativo à avaliação da gestão dos responsáveis por unidades jurisdicionadas da administração federal indireta e por aquelas não classificadas como integrantes da administração federal direta.
  - B) prestação de contas é o processo de contas relativo à avaliação da gestão dos responsáveis por unidades jurisdicionadas da administração federal direta.
  - C) processo de contas agregado: processo de contas ordinárias organizado tendo por base a gestão de um conjunto de unidades jurisdicionadas que não se relacionem em razão de hierarquia, função ou programa de governo, mas cujo exame em conjunto e em confronto possibilite a avaliação sistêmica dessa gestão.
  - D) relatório de gestão é o processo de contas ordinárias organizado tendo por base a gestão de um conjunto de unidades jurisdicionadas que se relacionam em razão de hierarquia, função ou programa de governo, de modo a possibilitar a avaliação sistêmica dessa gestão.
  - E) processo de contas consolidado é o conjunto de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial relativos à gestão dos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas, organizado de forma a possibilitar a visão sistêmica da conformidade e do desempenho desta gestão.
46. Estão dispensado(a)s de prestar contas ao TCU na forma da IN-TCU nº 57/08:
- A) as empresas estatais federais.
  - B) os serviços sociais autônomos.
  - C) empresas encampadas, sob intervenção federal.
  - D) os órgãos de fiscalização do exercício profissional.
  - E) as pessoas físicas, quando beneficiárias de transferência voluntária de recursos federais sob qualquer forma.
47. Para os efeitos da Portaria nº 42/99-MOG que atualizou a discriminação da despesa por funções é correto afirmar:
- A) Nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações serão identificadas em termos de funções e subfunções.
  - B) Os Estados poderão estabelecer, mediante ato próprio, códigos para as suas estruturas de programas.
  - C) As subfunções não podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.
  - D) Tendo em vista que a Portaria nº 42/99-MOG foi emitida pelo Poder Executivo Federal, ela não se aplica aos Estados, Municípios e Distrito Federal, dada a independência dos poderes e esferas existente no país.
  - E) O nível máximo de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público chama-se programa.
48. De acordo com atual classificação da despesa, segundo a sua natureza (Portaria nº Interministerial MF/MPOG nº 163/01), é correto afirmar:
- A) há 5 tipos de grupos de natureza de despesa.
  - B) é facultativa a adoção do chamado sub-elemento da despesa.
  - C) obrigatoriamente os códigos 1, 2 e 3, representativos dos grupos de natureza de despesa, vinculam-se ao código 4 representativo da categoria econômica.
  - D) a codificação 3.1.90 significa que a despesa gerada se refere à seguinte informação: 1- despesas correntes, 1- pessoal e encargos sociais, 90 - transferências à União.
  - E) a quantidade de dígitos representativos do elemento de despesa se forma a partir da codificação estabelecida para a categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

49. É correto afirmar em relação às codificações das despesas, segundo a sua natureza, descritas abaixo:
- A) os dígitos representativos da categoria econômica se combinam com qualquer dígito representativo do grupo de natureza de despesa.
  - B) o dígito 6, representativo da categoria econômica, é denominado Amortização da dívida.
  - C) sempre a modalidade de aplicação será representada por dois dígitos.
  - D) a modalidade de aplicação 20 representa aplicação direta por parte da própria unidade orçamentária.
  - E) o elemento de despesa é opcional nos casos das codificações estabelecidas pelos estados, distrito federal e municípios.
50. As atividades a cargo do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal são exercidas mediante a utilização de técnicas próprias de trabalho, as quais constituem-se no conjunto de processos que viabilizam o alcance dos macro-objetivos do Sistema. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- A) Na auditoria de Avaliação da Gestão, realizada ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de se atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.
  - B) Auditoria de Acompanhamento da Gestão objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados.
  - C) Auditoria Contábil objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação expressa de autoridade competente.
  - D) Auditoria Operacional consiste em avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades ou entidades da administração pública federal, programas de governo, projetos, atividades, ou segmentos destes, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações, que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial.
  - E) Auditoria Especial compreende o exame dos registros e documentos e na coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto.
51. De acordo com as normas que regem o sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta, com relação às técnicas de auditoria.
- A) A confirmação externa é adequada para o cotejamento de informações obtidas de fontes independentes, autônomas e distintas, no interior da própria organização.
  - B) A análise documental serve para a verificação dos registros constantes de controles regulamentares, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas informatizados.
  - C) A inspeção física consiste na verificação das atividades que exigem a aplicação de testes flagrantes, com a finalidade de revelar erros, problemas ou deficiências que de outra forma seriam de DIFÍCIL constatação.
  - D) O exame de registros reside no exame de processos, atos formalizados e documentos avulsos.
  - E) No corte das operações, o auditor visa fotografar o momento-chave de um processo.
52. Sobre as normas que regem a auditoria pública de acordo com o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.
- A) É permitida a realização de atividades de auditoria executadas com a participação de entidade privada.
  - B) No teste de observância se visa à obtenção de evidências quanto à suficiência, exatidão e validação dos dados produzidos pelos sistemas contábil e administrativos da entidade, dividindo-se em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.
  - C) São técnicas de controle: a auditoria, a inspeção e a fiscalização.
  - D) As auditorias a cargo do Sistema de Controle Interno são de exclusiva competência dos servidores em exercício nas unidades regionais ou setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
  - E) O Sistema de Controle Interno não possui competência para realizar auditoria em processo de tomada de contas especial.

53. Os Papéis de Trabalho - PT são documentos que fundamentam as informações obtidas nos trabalhos de auditoria e fiscalização do Sistema de Controle Interno, podendo ser por ele elaborados ou obtidos de qualquer outra fonte. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- A) A nota é o documento que representa a opinião do Sistema de Controle Interno sobre a exatidão e regularidade, ou não, da gestão e a adequacidade, ou não, das peças examinadas, devendo ser assinado pelo Coordenador-Geral ou Gerente Regional de Controle Interno, ou ainda, autoridades de nível hierárquico equivalentes nos órgãos e unidades setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
  - B) O parecer é o documento destinado a dar ciência ao gestor/administrador da área examinada, no decorrer dos exames, das impropriedades ou irregularidades constatadas ou apuradas no desenvolvimento dos trabalhos.
  - C) O certificado é documento utilizado para formalizar pedido de documentos, informações, justificativas e outros assuntos relevantes, emitido antes ou durante o desenvolvimento dos trabalhos de campo.
  - D) O Registro das constatações é documento destinado ao registro das verificações significativas detectadas no desenvolvimento dos trabalhos, a ser elaborado de forma concisa, com base em cada relatório.
  - E) As folhas de registros constituem-se na forma pela qual os resultados dos trabalhos realizados são levados ao conhecimento das autoridades competentes.
54. Sobre a amostragem, de acordo com o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.
- A) A representatividade, como uma das características fundamental da amostra, depende da forma de seleção e do tamanho da amostra.
  - B) Não se recomenda a utilização de amostragem quando a população é considerada muito extensa.
  - C) O método de amostragem se subdivide em: probabilístico, não-probabilístico e aleatório.
  - D) A experiência do auditor é fundamental no caso da amostragem probalística.
  - E) Outro aspecto que sugere ao auditor a utilização de amostras é quando as características da população são de fácil mensuração.
55. Não representa a opinião do órgão ou unidade de Controle Interno do Poder Executivo Federal:
- A) Nota.
  - B) Parecer.
  - C) Relatório.
  - D) Certificado.
  - E) Registro das Constatações.
56. O Certificado de Auditoria será emitido na verificação das contas dos responsáveis pela aplicação, utilização ou guarda de bens e valores públicos, e de todo aquele que der causa à perda, subtração ou estrago de valores, bens e materiais de propriedade ou responsabilidade da União. Sobre o assunto, representam tipos de certificado utilizados pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:
- A) Certificado de Regularidade e Certificado com Opinião Adversa.
  - B) Certificado com Opinião Adversa e Certificado de Irregularidade.
  - C) Certificado de Irregularidade e Certificado com Ausência de Opinião.
  - D) Certificado de Regularidade com Ressalvas e Certificado de Irregularidade.
  - E) Certificado com Ausência de Opinião e Certificado de Regularidade com Ressalvas.
57. Representa finalidade constitucional do sistema de controle interno, de acordo com a Constituição Federal de 1988, exceto:
- A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
  - B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
  - C) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
  - D) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
  - E) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

58. De acordo com as normas que regem a celebração de convênios, acordos e ajustes no âmbito do Governo Federal, é correto afirmar:
- A) anulável e de nenhum efeito, o convênio verbal com a União ou com entidade da Administração Pública Federal.
  - B) o convênio somente poderá ser alterado mediante proposta do concedente.
  - C) as receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro poderão ser computadas como contrapartida, devida pelo convenente.
  - D) faz parte, obrigatoriamente, da prestação de contas final do convênio a relação de pagamentos efetuados.
  - E) a existência de saldo residual do convênio poderá ficar para utilização por parte do convenente.
59. As modalidades de licitação serão determinadas em função de limites estabelecidos por ato do Poder Executivo. Sobre assunto é correto afirmar, exceto a opção:
- A) Convite até R\$ 150.000,00 para obras e serviços de engenharia.
  - B) Tomada de preços até R\$ 650.000,00 para compras e serviços não enquadrados como obras e serviços de engenharia.
  - C) Concorrência acima de R\$ 1.500.000,00 para obras e serviços de engenharia.
  - D) Concorrência até R\$ 650.000,00 para compras e serviços não enquadrados como obras e serviços de engenharia.
  - E) Tomada de preços até R\$ 1.500.000,00 para obras e serviços de engenharia.
60. Sobre as garantias que geralmente são exigidas na celebração dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.
- A) A caução somente poderá ser dada em dinheiro.
  - B) A garantia poderá ser liberada ou restituída após a execução do contrato.
  - C) A escolha da modalidade da garantia é um direito do contratado e não do contratante.
  - D) Além da caução, a outra modalidade de garantia permitida pela lei de licitações é o seguro-garantia.
  - E) Devido a extinção da correção monetária no país, não poderá haver atualização do valor dado em garantia.